

DENOMINAÇÕES PARA OS MUÇULMANOS NO SUDÃO OCIDENTAL E NO BRASIL

ROLF REICHERT,
do CEAO

Os muçulmanos usaram e usam, para designar a si próprios, uma única palavra, em qualquer parte do mundo e em todos os tempos: a palavra árabe *muslim* (*muslimân* no plural, nos casos oblíquos *muslimîn*). Todas as denominações, ou sejam as que não derivam da palavra *muslim*, foram inventadas por adeptos de outras religiões. Em algumas partes, por exemplo, adotaram-se outras palavras árabes que indicavam uma certa posição ou profissão dentro da população muçulmana. Mas nenhum muçulmano, inquirido acerca da sua religião, responderia: "Sou *mouro*" ou "sou *modibbo*", ou ainda "sou *imalê*". De referência à tão discutida palavra *malê* (*imalê* em iorubá) foi ela usada somente por afiliados de outras crenças e nunca pelos próprios "malês". Tal afirmação é importante e não deve ser perdida de vista; mais adiante será justificada.

A palavra *muslim* sofreu várias alterações nos idiomas europeus: *muçulmano* em português, *musulmán* em espanhol, *musulman* em francês, *Moslem* em inglês, *Muselmann* em alemão, etc. Nas línguas africanas, *muslim* se transformou em *silamé*, em bambara (1), *musulmi*, em hauçá (2), *silâmi*, *musilimu* ou *misilimi*, em mandinga (3), *sillami* em Songoy (4); e a forma *musulmi*, adotada em hauçá, foi a usada pelos muçulmanos afro-brasileiros (5).

A denominação "mouro" (*moro* em espanhol, *maure* em francês, *Moor* em inglês, *Mohr* em alemão), empregada sobretudo na península ibérica, é de origem incerta. Vem do latim *maurus*, mas a explicação etimológica que nos fornece Salústio (6) parece-nos ousada demais: "*ex eo numero Medi, Persae et Armenii navibus in Africam transvecti proximos nostro mari locos occupavere. . . Medis autem et Armeniis adcessere Libyes — nam ii propius mare Africum agitabant. . . nomen eorum Libyes conrupere, barbara lingua Mauros pro Medis appellantes*", desde que é difícil crer que aqueles que se chamavam *Medi* fossem designados *Mauri* pelos líbios africanos. Os etimólogos modernos recusam também a palavra grega *maurós* (negrinho) como origem do latim *Maurus*, e preferem derivar esta palavra do fenício *mauharin* ("ocidental"). Esta opinião concorda com

a afirmação de Procópio (7), segundo o qual os *Mauroi* da África setentrional seriam descendentes dos cananeus, expulsos pelos invasores israelitas ao tempo de Josué.

Com o nome de *Mauri*, os romanos designaram na Antiguidade as nações berberes da África do Noroeste; mas na Idade Média, depois da conquista desta região pelos exércitos muçulmanos e a conversão dos berberes ao Islã, a palavra *Maurus*, “mouro”, mudou de significado. Visto que o norte-africano, para os europeus, era o representante típico dos povos islamizados, o termo “mouro” se usava, cada vez mais, para denominar os muçulmanos em geral, mesmo aqueles que não eram de origem berbere. Derivações deste termo penetraram também em várias línguas sudanesas, onde se apresentam sob a forma de *mori*, em bambara, mandinga e sussu, *môre*, no mende de Serra Leoa e *moru*, em mandinga (8).

Três palavras árabes que se referiam originalmente só a um grupo específico e respeitado de muçulmanos tornaram-se denominações dos muçulmanos em geral. São as palavras 1) *mu'addib*, “educador”; 2) *qara'a*, “ler, estudar”; 3) *mu'allim*, “professor, instrutor”. Nos três casos trata-se de um uso *partis pro toto*: visto que os primeiros muçulmanos que apareceram em certas comarcas africanas eram professores e letrados, a população logo transferiu tal designação para todos os adeptos do Islã. O termo *mu'addib* aparece no idioma mandinga como *modi* e *modu* (9); no sara, língua falada na região da atual República Centro-Africana e no Tchad, o muçulmano é chamado *modi*, e *modibbo* pelos peul (fulbe) (10). Na Costa do Marfim, outra palavra árabe impôs-se para a denominação dos muçulmanos minoritários: em achanti e abron, “muçulmano” traduz-se por *nkaramo-fwe*, em zema por *karamo*, em afêma e baulé por *karamo-fwe*. Todas estas palavras provêm, segundo Delafosse (11), do mandinga *kara-morbo* ou *kara-mo*, compostas da palavra árabe *qara'a* (“ler, estudar”) e do mandinga *morho* ou *mo* (“homem”). Enquanto, pois, no mandinga, língua duma nação islamizada o termo significa o homem letrado, entre os habitantes pagãos da Costa do Marfim foi utilizado para designar todos os que professam a religião do Profeta. O caso mais interessante é a dupla mudança de significado da palavra *mu'allim*; visto, porém, que é também a raiz do termo *malê*, usado pelos brasileiros não-muçulmanos, merece ela um tratamento mais profundo; e o mesmo pode-se dizer do termo *al-fa* (no Brasil *alufá*). Voltaremos a estas duas denominações.

Restam ainda duas palavras com que se denomina o muçulmano no Sudão ocidental. A primeira é a palavra *ausa* usada (entre outras mais) no idioma fon do Daomé (12). Sua origem tem uma explicação fácil: trata-se do próprio nome dos hauçá, pois que muitos daomeanos designaram com o nome dos seus vizinhos hauçá

também a religião da maioria dêles — outro exemplo para o uso *partis pro toto*, já mencionado. Para a palavra *djulowo* (*djulbe* no plural), que se desenvolveu na língua peul (13), até hoje não possuímos uma explicação aceitável.

A ISLAMIZAÇÃO DO SUDÃO OCIDENTAL

Para explicar de forma plausível a origem e o desenvolvimento dos termos *malê* e *alufá* devemos apresentar de logo um breve esboço da islamização do Sudão ocidental. A penetração do Islã nesta parte da África não teve as características duma “guerra santa”, como por exemplo na África setentrional dos berberes, mas se efetuou de forma pacífica. O Islã seguiu as antiquíssimas rotas de comunicação entre os países maghrebinos e trans-saarianos, sobretudo aquela pista que sai do Marrocos, passa por Sijilmasa e acaba no vale do Níger, perto da atual cidade de Gao. Com a progressiva islamização dos berberes, o número de muçulmanos nas caravanas que se encaminhavam para o sul foi cada vez maior, e a mensagem do Islã difundia-se gradualmente entre os negros sudaneses. Nem por isso, a nova religião progrediu de modo muito lento e desigual. Quando se fala dos reinos e dinastias medievais “muçulmanos” do Sudão, devemos entender que quase sempre se tratava duma islamização relativa, limitada às classes dirigentes e às principais aglomerações da população. Este foi o caso do reino de Gana, situado entre os rios Níger e Senegal, que floresceu no século X; do reino dos Mallil, cuja conversão nos descreve al-Bakrî (14) e que podemos citar como típico para a maneira pela qual o Islã se difundia no Sudão. Aqui, depois de um período prolongado de sêca, o rei, seguindo o conselho de um muçulmano, seu hóspede, acedeu em orar à maneira islâmica. Pouco depois veio a chuva — e o rei tornou-se um devoto muçulmano. Escreve al-Bakrî: “Permanecia sinceramente ligado ao Islã, como também a sua descendência e seus íntimos; mas a massa do povo está ainda submersa na idolatria. Desde então, deram a seu soberano o título de al-Moslemani...”. De forma semelhante ocorreu também a conversão dos *Sarki*, chefes de Kano, no país dos hauçá, durante o século XV. Na *Crônica de Kano* (15), documento de valor inestimável, encontramos pela primeira vez a palavra *malami* (ou *malemi*) com que os hauçá designavam os seus instrutores e professores. Os africanistas norte-americanos e franceses que citam este termo (16) reconhecem-no como uma deformação do vocábulo árabe *mu'allim*. O mesmo termo entrou, sob a forma de *mallam* no próprio idioma inglês, enquanto o francês usa a palavra *marabout* para designar o letrado muçulmano. Durante os séculos que se seguiram a sua primeira islamização, os

hauçá se transformaram em propagandistas solícitos da religião do Profeta, desenvolvendo a respeitada classe dos *malami*.

Foram êstes *malami* hauçá que conseguiram instalar-se, no começo do século XVIII, na côrte dos reis daomeanos. Escreve des Marchais (17): "Foi em 1704 que apareceram os "Malais" pela primeira vez em Judá". O Rei Agaja de Abomey contratou-os como geomantes; as suas incumbências incluíam consultas do futuro, a fabricação de amuletos e as orações para a prosperidade do rei; e ao fim do ano, Agaja conferiu o título de *Malaxosu*, isto é "rei dos Malês" (*Malé-axosu*) a certo *malami* de nome Asefu. Os reis sucessores de Agaja conservaram os seus conselheiros muçulmanos, e o Rei Tegbesu "mandou, em 1772, seu filho Atikpaso para o país dos malês (= hauçá) para lá aprender a ler o Corão, os comentários do Corão, e o livro sôbre a adivinhação pela areia" (18).

Dos últimos anos do século XVIII possuímos o testemunho do Padre Vicente Ferreira Pires, que escreve (19): "Entre estes Etiôpes há, em Dahomé, uma pequena povoação onde existe, com licença do Rei, certa porção de moiros pretos chamados Malês, que são de uma Nação confinante com a de Dahomé pela parte do Norte... Êstes Malês vestem-se à moirisca, e em parte seguem a Lei de Mafoma". Também Archibald Dalzel, na sua *História do Dahomé* (20), publicada em 1793, dedica várias páginas aos "Mallays" (pronunção inglêsa de malê) aos quais chama "Northern trading Moors" (mouros comerciantes do Norte) e dos quais diz: "Ê certo: êles possuem não só a arte de escrever, mas também outras artes desconhecidas aos selvagens que êles visitam, e pelas quais são muito estimados por grandes e pequenos... Parecem ser a única gente que tem um *passe-par-tout* e viajam muito mais longe que as caravanas... Sou de opinião que os mouros comerciantes do Norte, ou Malês, como se chamam, serão os únicos instrumentos pelos quais seria completamente conhecida a geografia da Nigritia e das províncias do Sul; porque êles passam pelas regiões do Interior, viajam por tôda parte e são bem recebidos". São conhecidos por tôda a Nigéria, como escreve Paul Marty (21): "Como se sabe em tôda a Nigéria e no território de Zinder, *mallam* (abreviado a *mala*) significa "doutor, professor" (do vocábulo árabe *mu'allim*) e êste título é ostentado por cada letrado que se respeita".

As suas atividades pacíficas e sossegadas tiveram um fim abrupto com a cruzada fanática dos peul (fulbe) contra os hauçá, simultânea com a expulsão e perseguição dos muçulmanos na corte daomeana, a partir do ano de 1801. Até os fins do século XVIII apuramos apenas casos esporádicos de deportações de escravos muçulmanos para o Continente sul-americano; um dos poucos exemplos nos dá Hartsinck, na sua *Descrição da Guiana*, quando escreve (22): "os escravos *Mallais*, chamados segundo os *Mallais*, um certo povo, que

se leva aos mercados de Fida, Ardra e Jaquin, vêm de muito longe”. Mas com o começo do século XIX, a antiga casta respeitada de comerciantes, geomantes e conselheiros torna-se suspeita, precisamente por seus conhecimentos. “Sabiam escrever, e escreveram tudo o que viram. Esta curiosidade e esta exatidão lhes foi funesta: foram levados à prisão... Foram considerados espíões mandados por seu Rei” (23). Mas, naturalmente, a maior quantidade de hauçás que chegaram aos mercados de escravos na costa, não foram estes antigos conselheiros, os malês, mas gente caçada impiedosamente, na sua própria pátria, pelos peul, e transportada e vendida no Sul. Eles desconheciam, evidentemente, o termo malê, mas, visto que nas feitorias daomeanas a palavra sempre foi aplicada para os muçulmanos que lá se conheciam antes, foi estendida também aos recém-chegados. A mesma ampliação do significado sucedeu na região sul da Nigéria, no país dos iorubá, onde “Muslims are called Imale by other Yoruba, a nick-name” (24), isto é, “onde os muçulmanos são chamados Imale por outros iorubá, uma alcunha”. Dêste modo, os escravos muçulmanos que se vendiam e compravam sob a denominação geral de *malê* nos mercados africanos, chegaram ao Brasil, e não é de admirar que aqui mantivessem este nome. Artur Ramos escreve acertadamente (25): “Foi principalmente através dos Haussá que o Islamismo penetrou no Brasil e não com os mandês ou mandingas há muito desaparecidos e de que só restam sub-raças. Daí o motivo por que os negros haussás mahometanos na Bahia, verdadeiros musulmis, desconheciam o termo malê, para elles qualificativo de desprezo”.

EVOLUÇÃO DO TERMO “MALÊ” NO BRASIL

Devemos repetir aqui o dito no começo dêste trabalho, que nenhum muçulmano, no mundo inteiro, usa outra palavra além de “muçulmano” para declarar-se adepto do Islã. Isto é certo também para todos os muçulmanos negros brasileiros. O melhor testemunho encontramos no livro de Nina Rodrigues (26): “Noto, por exemplo, que os actuaes alufás, que procedem do ensino haussá, sejam elles haussá ou nagôs, não sabem explicar a origem da denominação de “Malês”, por que são conhecidos entre nós os negros musulmanos, repudiam tal designação que têm por um nome de desprezo, a elles dado no país pelo vulgo. O Limano muitas vezes me disse que elles eram musulmis e que só o povo ignorante é que os chama de Malês.” Evidentemente, ninguém quer ser chamado por uma alcunha por outra gente, e menos ainda por uma alcunha cujo significado ignora. Por isto é fácil de entender que, pelos muçulmanos brasileiros, a palavra “malê” que desconheciam e de cujo sentido suspeitavam, foi interpretada como palavra difamante. Citemos outros testemu-

nhos, além dos de Nina Rodrigues e Artur Ramos já mencionados. Escreve A. Duarte (27): “‘Tanto assim é que os Haussás, considerados os verdadeiros negros maometanos, os que praticaram o culto a Alá com maiores rigores, tomavam o termo malê como deprimente, ofensivo”. E é natural que os não-muçulmanos, sabendo que os *musulmi* não gostavam de serem chamados “malês”, amplamente usaram êste têrmo para escarnecê-los e injuriá-los. “Os iorubanos — escreve J. Raimundo (28) — por desprezo ao compatriota, que, tendo renegado a religião nacional, pratica o islamismo, chamam imalê”. E João do Rio (29): “A gente-de-santo despreza os bichos que não comem porco, tratando-os de malês”. E L. Lave-nère (30): “Uma vez havia eu ouvido de negros que altercavam, uma frase assim: malê ocô ô. Indaguei da negra que me ensinava palavras de nagô e apenas me respondeu que era muito feio e aconselhou que eu não dissesse aquilo”. Embora, nesta locução, o maior insulto esteja nas palavras “ocô ô” (= pênis), a sua combinação com o têrmo “malê” atribui a esta o mesmo sentido pejorativo.

O uso mencionado do vocábulo “malê” para os adeptos do Islã, como uma religião diferente daquela de quem emprega o têrmo, explica a interpretação de alguns autores do têrmo como “renegado, infiel”, como por exemplo F. de Castelnau (31): ‘Designa-se com o nome de *Malais* todos os infiéis”; A. Duarte (32): “... uma espécie de apóstata — porque não adotou a religião geral”; J. Raimundo (33) e outros. Na própria Nigéria, a palavra *imalè* não teria adquirido semelhante aspecto de desprezo, visto que Parrinder (34), na verdade, chama-a de “nickname”, alcunha, mas a traduz por “aquêles estritos na religião”; e assim, não se afasta tanto o sentido da significação original. A afirmação de Parrinder está corroborada pelo prefixo *i-* anteposto ao vocábulo *malè*; a vogal *i-* no idioma iorubá, serve para formar nomes, atribuindo à palavra a significação de “homem de ...”, ou ainda tem um sentido pronominativo: “êle o ...”; pròpriamente usado, poder-se-ia falar de *imalè* só na terceira pessoa (35).

Muito interessante é, neste contexto, ainda a observação de Nina Rodrigues, relativa aos negros solimas da Bahia: “Os negros Solimas, que são os últimos mandês existentes na Bahia, embora nem todos musulmanos, explicam-me que a denominação de “malê” corresponde na África á de “gente instruída”, “gente que frequenta escolas” (36). Evidentemente, na região dos Mandinga, que não sofreu a invasão dos Peuhl nem outras perseguições anti-islâmicas, o têrmo “Malê” podia conservar o seu antigo sentido de “professor, instrutor”.

Nina Rodrigues estava pois perto da solução do problema, quando disse (37): “E é nesta accepção de gente instruída ... que os Mandês musulmanos ... se chamam Malis na Senegâmbia”.

Infelizmente, o grande africanista não teve conhecimento do termo *mu'allim*.

“MALÊ” NÃO DERIVA DO IMPÉRIO DO MALI

Com a presente exposição cremos ter evidenciado de forma satisfatória a origem da palavra malê e a evolução do seu significado. Com isto já é possível considerarem-se tentativas de outra explicação, na sua maioria, como meras especulações. Ninguém levou a sério a interpretação de Braz do Amaral (38), que faz derivar malê de “má lei”, isto é: os que não seguem a boa lei, a lei de Deus; nem aquela muito popular entre os adeptos do Candomblé da Bahia que dizem malê ser uma tradução do iorubá *imo-le* (“lei difícil”) (39); nem a versão de que provém de Malik b Anas (morto em 795 A.D.), o fundador da escola jurídica dos Malikitas (40), nem do árabe *maulan* (“mestre, “patrão”) (41).

Vários autores eram da opinião que o termo malê seria uma corrupção de *Mali*, nome de um dos reinos muçulmanos do vale do Níger, habitado pelos malinkê, que florescia no século XII (42) da nossa era. Entre os africanistas que defendem esta teoria encontramos o Abbé Bouche, Nina Rodrigues e R. Ricard. Mas a hipótese do Padre Bouche (43) — “Chamam os muçulmanos Imali, palavra que significa, segundo as regras da língua nagô, gente de Mali” — é refutada por Delafosse (44); e o argumento que Nina considera decisivo quando escreve (45): “Malê é evidentemente uma ligeira e insignificante corrupção de *Melle*, *Mellé*, *Mali* ou *Malal*, donde também vem “Malinkê”, (“Mali-nkê”, gente ou homens de Mali). Mali ou Mellê era o nome de um dos três célebres e afamados impérios...” é a alegação de que os mandês ou mandingas *precederam* os hauçás, que foram os verdadeiros divulgadores e propagandistas do Islã na Bahia. Contra isto, A. Ramos (46) cita um documento de 1607 que menciona já os hauçás na Bahia. Os demais africanistas brasileiros e portugueses copiam a hipótese de Rodrigues sem discuti-la; assim, A. Ramos (47): “É evidente que malê nada mais é que o próprio termo que os Peuhl, os Berberes e os Árabes davam aos mandingas (*malle*, *mallel*, *mel*, *melal*); R. de Mendonça (48): “Malê é corrupção do nome geográfico Mali, afamado império africano. Há o sinônimo Malinkê”. M. Querino, o único a levantar certa reserva (49), afirma: “Não nos foi possível acerrar com a verdadeira estrutura morfológica do termo Malê. Pensamos, que é êle derivação um tanto forçada de Malinkê, nome de tribo; mas, como o Malinkê obedecia à religião maometana, os demais africanos nunca empregaram êste vocábulo sinão o de Mussurumin como sinônimo de Mussulmano”; e A. Monteiro (50) não toma posição alguma, mas cita as opiniões contraditórias de vários autores, sem

discuti-las. O único que se decidiu por uma discussão séria e por menorizada foi o francês R. Ricard, no seu artigo “L’Islam noir à Bahia” (51), ponto-de-partida para o estudo do assunto. Mais decepcionante contudo é a afirmação posterior de R. Bastide, dizendo outra vez (52): “É evidente que este termo é uma corruptela de Mali”, sem revelar-nos donde obteve esta evidência. E V. Monteil, que em 1964 ainda escrevia (53): “Os muçulmanos, geralmente chamados Malês (quer dizer chegados do Mali)...”, converteu-se, três anos depois, à opinião oposta (54): “Éstes foram denominados *Malês*, termo que nada tem a ver com o Mali (como se acreditou, às vêzes) . . .”; não alega motivos nem para sustentar a sua primeira asserção, nem a segunda, em sentido contrário.

Em suma, nunca se tentou seriamente provar que o termo malê derivasse do Império de Mali, e nunca se conseguiu tal prova.

Finalmente, como uso evidentemente errado mencionamos ainda uma afirmação de J. Raimundo, quando escreve (5): “Nina Rodrigues ignorava que os iorubanos praticavam nacionalmente o culto dos mortos, o Egum ou Egungum, com ídolos próprios, os *imalês*, e solenidades, como as mascaradas ou adamorixás, os funerais públicos”. Consultei o sacerdote de um rito destacado e muito tradicional dos Egum, em Amoreiras (Ilha de Itaparica, Bahia) (56), que desconhecia o uso da palavra “imalê” nesse sentido.

O TERMO ALUFÁ

A palavra *alufá* deu motivo a muita especulação, ao menos na sua explicação etimológica. Seu significado original é claro. Deduz-se, de forma evidente, de um relatório de Chaudoin (57): “Encontram-se também, no Daomé, alguns muçulmanos chamados pela gente do país “alufás” . . . Eis o que diz a lenda do Daomé: um dos seus reis partira em guerra, muito longe no Interior do país, onde devia combater um partido de guerreiros muito belicosos; conseguiu fazer prisioneiros alguns deles, e, admirado da sua coragem e das suas doutrinas, os indultou e os autorizou a habitar em liberdade no país. Éstes *alufás* estabeleceram-se, conservando a sua religião e os seus costumes, e formaram um pequeno grupo muito solitário, reunido ao redor do seu *muezzin*, que chamava tôdas as tardes ao pôr-do-sol os crentes para a oração. Vestem grandes camisas brancas com mangas muito compridas. . .” Trata-se, evidentemente, de uma classe análoga aos *malemi* dos hauçá, o que nos afirmam também os africanistas franceses. Monteil (58) dá ao *alufá* o significado de *marabout*, Marty (59) traduz o termo por “professor de escola”, e Ricard (60) por “adivinho muçulmano”. Tôdas estas funções são características também para a atividade do *mu'allim*. Por extensão, o termo adquiriu, no Daomé, também o significado de “muçulmano” em geral (61),

o mesmo que aconteceu, como já vimos, com a palavra *malemi*, em hauçá.

No Brasil, *alufá* conservou o significado de marabu, “sacerdote” muçulmano, o que é atestado por N. Rodrigues (62), A. Ramos (63), R. Ricard (64) e R. de Mendonça (65). E também no Brasil observamos a mesma aplicação do termo, que passou a designar não só o “sacerdote” muçulmano, mas todo o grupo religioso. Sobretudo no Rio, ao que parece, foi usado como sinônimo de Malê. A observação respectiva de João do Rio (66) foi repetida por A. Ramos (67), A. Duarte (68) e outros. Tal tendência à generalização de alguns termos, do uso *partis pro toto*, já evidenciamos por várias vezes, por exemplo no caso dos *mu'addib*, *karamo* e *mu'allim*; outros exemplos de tal generalização ou ampliação do sentido original de um termo que menciona A. Ramos (69): *Xangô* (= candomblé), em vez de *Xangô* (= orixá); *orixás* (= negros que praticam o culto gêge-nagô), em vez de *orixás* (= santos), etc.

A etimologia do termo *alufá* não é completamente esclarecida. Devemos recusar a conjectura de Delafosse (70) dizendo que seria uma deformação da palavra árabe *halif* (plur. *hulafá'u*) “aliado, confederado, unido pelo juramento”, do mesmo modo como as interpretações de Marty (71): “Como se sabe, de *al-fâhim* = o letrado, ou *al-faqih* = o juriconsulto, ou de *arfan*, palavra Mandé que significa chefe, mestre”. A hipótese de *al-faqih* como origem da palavra *alufá* é sustentada também por Trimmingham (72) e Ricard (73). Todos êstes autores não repararam que o título *Alfa* (com a ortografia árabe *al-fa*) foi usado no Sudão ocidental, segundo se pode provar, já em fins do século XVI, e isto sem interrupção, até 1750. O livro *Memorial do Esquecimento nas Notícias sôbre os Reis do Sudão* (em árabe *Tadhkirat al-nisiân fi mulûk al-Sûdân* (74), uma biografia dos paxás do Sudão, nomeados pelo imperador do Marrocos, descreve a vida e o govêrno de 29 paxás; todos êles levam, antes do seu nome próprio, o título *al-Fa'*, por exemplo *Al-Fa' Ahmad Zarrûq*, *Al-Fa' Bankânu b Muhammad al-Sharqî* etc. Até aqui tudo parece claro: nosso *alufá* deriva do *al-Fa'* mencionado do *Tadhkira*, com um “u” disjuntivo, para a pronunciação mais fácil. Também o seu sentido tem explicação. Como diz o editor do *Memorial*, Octave Houdas (75): ‘*El-Fa'* ou *Alfa'* é um título análogo àquele de *Si* ou *Sidi* com os árabes. Atribui-se a tôda pessoa possuindo uma certa instrução ou alguma fama de piedade”. Mas isto não esclarece a origem etimológica da palavra. Apesar de figurar em um texto árabe e de ser escrito com letras árabes, não aparece em nenhum dicionário árabe, nem tem a característica de uma palavra semítica: raízes de duas consoantes (*fâ* e *'ayn* em nosso caso) não existem no nosso idioma árabe. As conjecturas mencionadas atrás deduzem a palavra *alufá* de outras raízes trilíteras (*hâ'* — *lâm* — *fâ'*, *fâ* — *hâ'*

— *mim, fâ' — gâf — hâ'*), de todo diferentes da raiz *fâ' — 'ayn*, motivo suficiente para excluí-las. Com tudo isto, no entanto, a própria origem do termo *alufá* permanece inexplicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — TRAVELE, M. *Petit dictionnaire français-bambara*. Paris, 1944.
- 2 — ABRAHAM, R. C. *Dictionary of the Hausa Language*. London, 1962.
- 3 — DELAFOSSE, M. *La langue Mandingue*. 2ª ed. Paris, 1955.
- 4 — DAUZATS, A. *Lexique peul-français*. Albi, 1939.
- 5 — RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1932. p. 112.
- 6 — SALLUSTIUS CRISPUS. *Bellum Iugurthinum*. (s. n. t.), cap. 18, V. 4/9.
- 7 — PROKOPIOS. *Hyper tón polemôn*. L. IV.
- 8 — TRAVELE, M. Obra citada.
- 9 — DELAFOSSE, M. Obra citada.
- 10 — DAUZATS, A. Obra citada.
- 11 — DELAFOSSE, M. *Vocabulaire comparatifs de plus de 60 langues ou dialectes parlés à la Côte d'Ivoire*. Paris, 1904.
- 12 — DELAFOSSE, M. *Manuel dahoméen*. Paris, 1894.
- 13 — DAUZATS, A. Obra citada.
- 14 — ABU 'UBAYD AL-BAKI. *Description de l'Afrique Septentrionale*. Trad. Slane. Paris, 1913.
- 15 — PALMER, H. R. *The Kano Chronicle*. *J. Anthr. Inst. of Great Britain and Ireland*. London, 38: 58, 1908.
- 16 — GREENBERG, J. *The Influence of Islam on a Sudanese Religion*. New York, 1946. p. 65.
- MAUPOIL, B. Contribution à l'étude de l'origine musulmane de la géomancie dans le Bas-Dahomey. *J. Soc. Afric*. Paris, 13: 1, 1943.
- 17 — LABAT, R. P. J. *Voyage du Chevalier des Marchais en Guinée, Isles voisines et à Cayenne, j'ai en 1725, 1726 et 1727*. Paris, 1730 p. 273.
- 18 — MAUPOIL, B. Obra citada. p. 84.
- 19 — PIRES, Vicente Ferreira, padre. *Viagem de África em o Reino de Dahomé (1796-1799)*. São Paulo, C. Ribeiro Lessa, 1957.
- 20 — DALZEL, A. *The History of Dahomey, an Inland Kingdom of Africa*. London, 1793. p. 22.
- 21 — MARTY, P. *Études sur l'Islam au Dahomey*. Paris, 1921.
- 22 — HARTSINCK, J. J. *Beschryving van Guiana of de Wilde Kust in Zuid America*. Amsterdam, 1770.
- 23 — LABAT, R. P. J. Obra citada.
- 24 — PARRINDER, L. D. G. *Religion in an African City*. London, s.d., p. 70.
- 25 — RAMOS, A. *O Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1934. p. 61.
- 26 — RODRIGUES, Nina. Obra citada. p. 11.
- 27 — DUARTE, A. *Negros muçulmanos nas Alagoas (Os Malês)*. Maceió, 1958. p. 24.
- 28 — RAIMUNDO, J. *O Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1936. p. 30.
- 29 — RIO, J. do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro, 1951. p. 18.
- 30 — LAVENERE, L. A propósito de Malê. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 18 Dez., 1934.
- 31 — CASTELNAU, F. de. *Renseignements sur l'Afrique Centrale*. Paris, 1851. p. 12.

- 32 — DUARTE, A. Obra citada. p. 24.
- 33 — RAIMUNDO, J. Obra citada. p. 30.
- 34 — PARRINDER, G. obra citada. p. 70.
- 35 — BAUDIN, P. *Dictionnaire Yoruba-Français*. Porto Novo, 1967.
- 36 — RODRIGUES, Nina. Obra citada. p. 112.
- 37 — RODRIGUES, Nina. Obra citada. p. 111.
- 38 — AMARAL, Braz do. As tribus negras importadas. *Revista Inst. Geogr. Hist. Bras.* p. 663. V. 72.
- 39 — LIMA, Vivaldo Costa. Informações pessoais. Salvador.
- 40 — MONTEIRO, A. Compare A. Monteiro a propósito do termo Malê. *A Tarde*, 26 Fev., 1966.
- 41 — DELAFOSSE, M. Obra citada. p. 404.
- 42 — E não “no começo da era cristã”, N. Rodrigues, obra citada, p. 109; V. Monteiro, que copiou o erro na obra citada.
- 43 — BOUCHE, P., abade. *La Côte des Esclaves et le Dahomey*. Paris, 1885. p. 43.
- 44 — DELAFOSSE, M. Obra citada. p. 132, 404.
- 45 — RODRIGUES, Nina. Obra citada. p. 109-111.
- 46 — RAMOS, A. *Las poblaciones del Brasil*. México, 1944. p. 191.
- 47 — RAMOS, A. *O Negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro, 1956. p. 103.
- 48 — MENDONÇA, R. de. *A influência africana no português do Brasil*. 3ª ed. Porto, 1948. p. 236.
- 49 — QUERINO, M. *A raça africana*. Salvador, 1955.
- 50 — MONTEIRO, A. Obra citada.
- 51 — RICARD, R. L'Islam noir à Bahia. *Hespéris*. Rabat, 1948. 1.º e 2.º trimestre. p. 56-78.
- 52 — BASTIDE, R. *Les religions africaines au Brésil*. Paris, 1960. p. 199.
- 53 — MONTEIL, V. *L'Islam noir*. Paris, 1964. p. 47.
- 54 — MONTEIL, V. *Analyse des 25 documents arabes des Malês de Bahia (1835) Bulletin de L'IFAN*. Dakar, 1967. Tomo 29, n.ºs 1-2, (Série B).
- 55 — RAIMUNDO, J. Obra citada. p. 18.
- 56 — SANTOS, Discóredes dos. Informações pessoais. Amoreiras, Itaparica, Ba.
- 57 — CHAUDOIN, E. *Trois mois de captivité au Dahomey*. Paris, 1891. p. 386.
- 58 — MONTEIL, V. *L'Islam noir*. Paris, 1964.
- 59 — MARTY, P. Obra citada. p. 40.
- 60 — RICARD, R. Obra citada. p. 62.
- 61 — DELAFOSSE, M. Obra citada. p. 133.
- 62 — RODRIGUES, Nina. Obra citada. p. 94, 100.
- 63 — RAMOS, A. *O Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1934.
- 64 — RICARD, R. Obra citada. p. 62.
- 65 — MENDONÇA, R. de. Obra citada. p. 191.
- 66 — RIO, J. do. Obra citada. p. 16.
- 67 — RAMOS, A. *Introdução à Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, 1943.
- 68 — DUARTE, A. Obra citada.
- 69 — RAMOS, A. *O Negro brasileiro*. Rio de Janeiro, 1934.
- 70 — DELAFOSSE, M. Obra citada. p. 133.
- 71 — MARTY, P. Obra citada. p. 40.
- 72 — TRIMINGHAM, Spencer J. *Islam in West Africa*. Oxford, 1959.
- 73 — RICHARD, R. Obra citada. p. 73.
- 74 — TEDZKIRET en-nisiân fi Akhbâr Molouk es-Soudân. Trad. de O. Houdas. Paris, 1899/1903.
- 75 — TEDKIRET. Obra citada, p. 20.

DENOMINATIONS OF MOSLEMS IN WEST SUDAN AND BRAZIL

One of the main points in Rolf Reichert's paper is the discussion on the origin of the word "malé", traditionally used in Brazil to name Moslem slaves who employed Arabic writing symbols for several uses. They were responsible for an armed rebellion in Salvador in 1835. Some Brazilian scholars think that the word "malé" was related to the term "mali", specially used as a reference to the so called Mali Kingdom, one of the Moslem kingdoms of the Niger valley in 12th century. The Author's opinion is that "mali" is related to the word "mu'allim".

Rolf Reichert also discusses the meaning of the word "alufá", which in Brazil is equivalent to a Moslem "priest", according to studies of N. Rodrigues, A. Ramos, R. Richard and R. de Mendonça. According to the Author, the etymology of "alufá" is not completely clear, rejecting the hypotheses that have been presented and defended up to now.

Rolf Reichert's major contribution in the paper is proposing arguments against theses traditionally accepted in Brazil, while creating new hypotheses that may clear up facets of the presence of Moslem slaves in several regions of the country.

NOMENCLATURE DES MUSULMANS AU SOUDAN OCCIDENTAL ET AU BRÉSIL

Un des points essentiels de l'article de Rolf Reichert est la discussion du terme originaire de "malé", utilisé traditionnellement au Brésil pour désigner les esclaves musulmans (id est: les esclaves utilisant l'alphabet arabe). Ces esclaves sont les acteurs des luttes sanglantes à Salvador en 1835. Certains chercheurs brésiliens prétendent que le mot "malé" est lié au terme "Mali", utilisé en relation avec l'un des royaumes musulmans du Haut-Niger du Siècle XII ème. L'auteur, par contre, insiste sur le lien de "malé" avec le terme "mu'allim".

R. R. discute également la signification du terme "alufa", equivalent brésilien du "prêtre musulman" (ceci conformément aux dates fournies par Nina Rodrigues, Artur Ramos, R. Richard e R. de Mendonça). R. R. rejette les hypothèses jusqu'ici présentées puisque l'étymologie du terme n'est pas suffisamment éclairée encore.

L'originalité profonde du travail de R. R. est celle d'une critique des thèses traditionnelles et celle d'une formulation des nouvelles hypothèses sur les esclaves musulmans au Brésil.